



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Fundação Saúde  
Diretoria Técnico Assistencial

## TERMO DE REFERÊNCIA

### I – OBJETIVO

Tendo em vista as informações colecionadas no Plano de Investimento da Fundação Saúde, o presente Termo de Referência (TR) visa a aquisição de equipamentos para processamento e armazenamento de hemocomponentes – SELADORAS, DESCONGELADOR DE PLASMA, AGITADOR DE PLAQUETAS, CÂMARA DE CONSERVAÇÃO DE PLAQUETAS E CENTRÍFUGA DE LABORATÓRIO – para atender às demandas do HEMORIO e Unidades Transfusionais do Hospital Estadual Carlos Chagas (HECC) e do Instituto Estadual de Cardiologia Aloysio de Castro (IECAC), conforme descrito no item III, e as premissas abaixo:

- Os equipamentos integram, o **plano de investimentos** da Fundação Saúde;
- O **plano de investimentos** da Fundação Saúde foi elaborado em atendimento ao Contrato de Gestão vigente;

### II – JUSTIFICATIVA

O **HEMORIO** é o Hemocentro Coordenador do Estado do Rio de Janeiro e abastece com sangue e hemocomponentes cerca de 200 unidades de saúde da rede pública e conveniada com o SUS de todo Estado do Rio de Janeiro, principalmente os hospitais de emergência, UTIs Neonatal e maternidades. Na assistência hemoterápica abastece com sangue e hemocomponentes cerca de 200 unidades de saúde da rede pública e conveniada com o SUS de todo Estado do Rio de Janeiro, principalmente os hospitais de emergência, UTI neonatais e maternidades. Recebe diariamente cerca de 400 voluntários, que comparecem para doar sangue na Instituição. A coleta de sangue do HEMORIO representa mais de 50 % de todo o sangue coletado no Estado. Neste contexto, demanda um número expressivo de equipamentos para armazenamento e processamento dos hemocomponentes em distintos setores/laboratórios.

O Instituto Estadual de Cardiologia Aloysio de Castro (**IECAC**) é a unidade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro referência no tratamento das diversas patologias cardíacas, estando habilitado a realizar cirurgias e procedimentos cardíacos de alta complexidade em adultos e crianças, contando para tanto com instalações e equipe multiprofissional qualificada para atender diferentes especialidades relacionadas à cardiologia.

O Hospital Estadual Carlos Chagas (**HECC**) possui serviço de urgência e emergência aberto, conta com leitos de enfermagem e CTI, e atendimentos de emergência. É referência para Programa de Cirurgia Bariátrica. Possui serviço ambulatorial nas especialidades de clínica médica, pediatria, cirurgia geral, cirurgia plástica, geriatria, psicologia e fisioterapia.

O IECAC e HECC, pelo perfil assistencial, contam com Unidades Transfusionais próprias, que recebem os hemocomponentes do HEMORIO e realizam os procedimentos pré-transfusionais na própria Unidade.

Os equipamentos solicitados são de uso continuado nos serviços hemoterápicos, conforme abaixo apresentado:

#### SELADORAS

São equipamentos utilizados para realizar a selagem nos tubos das bolsas de sangue após a doação como também o seu processamento; com a selagem dos segmentos, o hemocomponente é mantido ao longo do tubo de forma

segmentada, disponibilizando amostras para a realização de testes laboratoriais diversos, inclusive os testes pré-transfusionais, mantendo o sistema fechado, não alterando o seu prazo de validade.

#### DESCONGELADOR DE PLASMA

Destinado ao descongelamento do plasma fresco congelado para fins transfusionais. O descongelamento deve ser realizado em equipamento com temperatura controlada de forma a não haver a desnaturação de proteínas e consequente perda dos níveis hemostáticos dos fatores de coagulação.

#### AGITADOR DE PLAQUETAS, CÂMARA DE CONSERVAÇÃO DE PLAQUETAS

Conforme RDC Nº 57, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010, as câmaras de conservação em que se armazenam o sangue, os componentes sanguíneos devem ser apropriadas para esta finalidade e de uso exclusivo. Os equipamentos solicitados são destinados ao armazenamento de concentrado de plaquetas, considerando que os mesmos devem ser armazenados em ambiente com temperatura controlada de  $22 \pm 2$  °C (câmara de conservação), sob agitação constante (agitador de plaquetas).

#### CENTRÍFUGA DE LABORATÓRIO

Equipamento utilizado para realizar a separação de fases líquidas com pouca diferença de densidade e separação de partículas sólidas em meio líquido. Também é utilizado para a separação de sangue, dos elementos configurados e não configurados, conforme metodologias laboratoriais estabelecidas por compêndios oficiais, que devem ser seguidos pelas Unidade solicitante. A ausência do referido equipamento impossibilita o preparo das amostras biológicas a serem processadas/analizadas na Unidade transfusional.

A presente aquisição permitirá ampliar e/ou adequar o parque tecnológico das Unidades no que se refere ao processamento e armazenamento de hemocomponentes, conforme a legislação vigente.

### III – OBJETO DA AQUISIÇÃO:

3.1. É objeto da presente requisição a aquisição equipamentos para processamento e armazenamento de hemocomponentes – SELADORAS, DESCONGELADOR DE PLASMA, AGITADOR DE PLAQUETAS, CÂMARA DE CONSERVAÇÃO DE PLAQUETAS E CENTRÍFUGA DE LABORATÓRIO – para atender às demandas do HEMORIO e Unidades Transfusionais do Hospital Estadual Carlos Chagas (HECC) e do Instituto Estadual de Cardiologia Aloysio de Castro (IECAC) de acordo com as especificações e quantidades constantes no quadro abaixo:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
1	6641.022.0003 ID - 167199	<b>DESCONGELADOR PLASMA CRIOPRECIPITADO,</b> TEMPORIZADOR: 0 A 25 MINUTOS, CESTO COM CAPACIDADE PARA DESCONGELAMENTO SOB MOVIMENTACAO AUTOMATICA DE ATE 4 BOLSAS DE PLASMA, ALARME: AUDITIVO E VISUAL, TENSAO: 110 V/220 V, ALTURA: 400 A 420 MM, LARGURA: 540 A 560 MM, PROFUNDIDADE: 380 A 400 MM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	UN	05
2	6641.065.0006 ID - 167312	<b>SELADORA BANCO SANGUE,MODELO: BANCADA, APLICACAO:</b> SELAGEM DE TUBOS PVC DE BOLSAS DE SANGUE, METODOLOGIA: SELAGEM DIELETRICA, SINALIZACAO: INDICADORES OPERACIONAIS E FUNCIONAMENTO, ALIMENTACAO: 100/240 V, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: <b>COM ALICATE MANUAL</b> , CABO COAXIAL DE 1,70 A 2M, SELAGEM EM ATE 3 SEGUNDOS, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	UN	06
3	6641.065.0005 ID - 164794	<b>SELADORA BANCO SANGUE,MODELO: BANCADA, AUTOMATICA,</b> APLICACAO: SELAGEM DE TUBOS PVC DE BOLSAS DE SANGUE, METODOLOGIA: SELAGEM DIELETRICA, SINALIZACAO: INDICADORES OPERACIONAIS E FUNCIONAMENTO, ALIMENTACAO: 100/240 V, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: PROTETOR DE RESPINGO, SELAGEM EM ATE 3 SEGUNDOS, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	UN	08
4	6518.012.0022 ID - 167243	<b>CAMARA CONSERVACAO, MODELO PORTA: EXPOSITORA, ANTI-EMBACANTE, VIDRO TEMPERADO, POSICAO: VERTICAL,</b> CAPACIDADE: <b>48 BOLSAS DE CONCENTRADOS DE PLAQUETAS,</b>	UN	02

		ALARME: AUDIOVISUAL PARA PORTA ABERTA E PARA BAIXA E ALTA TEMPERATURA, REGISTRADOR TEMPERATURA: DISPLAY EM LCD, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE		
5	6518.012.0021 ID - 167242	<b>CAMARA CONSERVACAO</b> , MODELO PORTA: EXPOSITORA, ANTI-EMBACANTE, VIDRO TEMPERADO, POSICAO: VERTICAL, CAPACIDADE: <b>96 BOLSAS DE CONCENTRADOS DE PLAQUETAS</b> , ALARME: AUDIOVISUAL PARA PORTA ABERTA E PARA BAIXA E ALTA TEMPERATURA, REGISTRADOR TEMPERATURA: DISPLAY EM LCD, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	UN	02
6	6641.005.0008 ID - 167233	<b>AGITADOR PLAQUETA</b> , MODELO: LINEAR, CAPACIDADE: <b>48 BOLSAS</b> , ALARME: SONORO E VISUAL, NUMERO PRATELEIRAS: 6 ~ 8, TIPO PRATELEIRA: BANDEJA EM ACO CARBONO COM PINTURA ANTIDERRAPANTE E ANTICORROSIVA, TENSÃO: 100/240 V, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	UN	01
7	6641.005.0009 ID - 167234	<b>AGITADOR PLAQUETA</b> , MODELO: LINEAR, CAPACIDADE: <b>96 BOLSAS</b> , ALARME: SONORO E VISUAL, NUMERO PRATELEIRAS: 7 ~ 15, TIPO PRATELEIRA: BANDEJA EM ACO CARBONO COM PINTURA ANTIDERRAPANTE E ANTICORROSIVA, TENSÃO: 100/240 V, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	UN	04
8	6641.018.0040 ID - 167391	<b>CENTRIFUGA LABORATORIO - AMOSTRAS</b> , FORÇA G MÁXIMA: 4.000 X G, TEMPORIZADOR: DIGITAL DE 1 A 999 SEGUNDOS, VELOCIDADE: 500 A 6000 RPM, CAPACIDADE: 12 TUBOS DE 10 x 75 mm OU 13 x 100 mm, MATERIAL: ACO INOX COM PINTURA EPOXI, TEMPERATURA OPERACAO: AMBIENTE, TENSÃO ALIMENTACAO: 110/220 V, FREQUENCIA: 50/60 Hz, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	UN	01

3.2 A descrição dos itens e dos equipamentos não restringe o universo de competidores.

3.3 Na hipótese de conflito com o código SIGA deverá prevalecer o descritivo previsto neste Termo de Referência.

#### IV – JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE ESTIMADA REQUERIDA (Resolução SES 1347/2016):

4.1. Para definição do objeto, o quantitativo solicitado visou atender às demandas dos diversos setores com demanda para a instalação de novos equipamentos, da forma abaixo:

ITEM	DESCRIPTIVO	UNIDADE	LOCAL	QUANT
01	DESCONGELADOR DE PLASMA	HECC	UNIDADE TRANSFUSIONAL	01
		IECAC	UNIDADE TRANSFUSIONAL	01
		HEMORIO	SEÇÃO DE CONSERVAÇÃO E EXPEDIÇÃO DE SANGUE	01
			SETOR DE CONTROLE DE QUALIDADE DE HEMOCOMPONENTES	01
			SETOR PRODUÇÃO DE HEMOCOMPONENTES	01
02	SELADORA DIELÉTRICA DE BANCADA COM ALICATE	HEMORIO	COLETA EXTERNA	06
03	SELADORA DIELÉTRICA DE BANCADA	HECC	UNIDADE TRANSFUSIONAL	02
		IECAC	UNIDADE TRANSFUSIONAL	02
		HEMORIO	SEÇÃO DE CONSERVAÇÃO E EXPEDIÇÃO DE SANGUE	01

			SETOR PRODUÇÃO DE HEMOCOMPONENTES	01
			CONTROLE DE QUALIDADE	02
04	CÂMARA CONSERVAÇÃO DE PLAQUETAS 48 BOLSAS	HEMORIO	SEÇÃO DE CONSERVAÇÃO E EXPEDIÇÃO DE SANGUE	02
05	CÂMARA CONSERVAÇÃO DE PLAQUETAS 96 BOLSAS	HEMORIO	SETOR PRODUÇÃO DE HEMOCOMPONENTES	02
06	AGITADOR DE PLAQUETAS 48 BOLSAS	IECAC	UNIDADE TRANSFUSIONAL	01
07	AGITADOR DE PLAQUETAS 96 BOLSAS	HEMORIO	SETOR PRODUÇÃO DE HEMOCOMPONENTES	04
08	CENTRÍFUGA DE LABORATÓRIO	HECC	UNIDADE TRANSFUSIONAL	01

## V – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1. Para a qualificação técnica, são solicitados os seguintes documentos:

a. Licença de Funcionamento Sanitário ou Cadastro Sanitário da empresa, nas seguintes hipóteses de acordo com a RDC 153/17 e IN 16/2017:

a.1) Licença de Funcionamento Sanitário LFS, emitido pelo Órgão Sanitário competente. Caso a LFS esteja vencida, deverá ser apresentado também o documento que comprove seu pedido de revalidação;

a.2) Cadastro Sanitário poderá ser apresentado no lugar da Licença de Funcionamento Sanitário, desde que seja juntado pelo Licitante os atos normativos que autorizam a substituição;

a.3) Para fins de comprovação da Licença de Funcionamento Sanitário LFS ou Cadastro Sanitário poderá ser aceito a publicação do ato no Diário Oficial pertinente;

a.4) A Licença emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária deverá estar dentro do prazo de validade. Nos Estados e Municípios em que os órgãos competentes não estabelecem validade para Licença, deverá ser apresentada a respectiva comprovação legal;

b. Atestado de capacidade técnica (pessoa jurídica) para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através de no mínimo 01 (um) atestado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado. A comprovação da experiência prévia considerará até 50% (cinquenta por cento) do objeto a ser contratado;

c. Registro válido na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, conforme Lei nº5.991/1973, Lei nº6.360/1976, Decreto nº8.077 de 2013, Lei Federal nº12.401/2011, dos equipamentos, devendo constar a validade (dia/mês/ano), por meio de:

c.1) Cópia do registro do Ministério da Saúde Publicado no D.O.U, grifado o número relativo a cada produto cotado ou cópia emitida eletronicamente através do sítio oficial da Agência de Vigilância Sanitária; ou

c.2) Protocolo de solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no § 6º do artigo 12 da Lei 6360/76, de 23 de setembro de 1976.

c.3) Para os produtos isentos de registro na ANVISA, o licitante deverá comprovar essa isenção através de:

- Documento ou informe do site da ANVISA, informando que o insumo é isento de registro; ou
- Resolução da Diretoria Colegiada – RDC correspondente que comprove a isenção do objeto ofertado.

5.2. O Anexo I deste TR contém as justificativas elaboradas pela Fundação Saúde para fundamentar a exigência das alíneas “a” e “c” que, posteriormente, foram validadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro nos votos dos Processos 103.171-6/17 e 103.816-8/17.

## VI – CATÁLOGO PARA AVALIAÇÃO

6.1 – O(s) Licitante(s) vencedor(es) deverá(ão) fornecer catálogo do fabricante com a descrição para análise técnica, junto aos documentos de habilitação.

6.1.2. O catálogo para análise técnica deverá ser entregue no seguinte endereço:

**FUNDAÇÃO SAÚDE** – Av. Padre Leonel Franca, 248 Gávea - Rio de Janeiro/RJ – Brasil – CEP: 22461-000; Tel.: 55 (21) 2334-5010.

6.1.3 A pedido do pregoeiro, o catálogo poderá ser encaminhado pelo e-mail [licitacao@fs.rj.ov.br](mailto:licitacao@fs.rj.ov.br)

6.1.4 A unidade terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da entrega do catálogo, para análise do mesmo;

6.1.5. Critérios para avaliação do catálogo: na avaliação do catalogo será verificado se a descrição técnica do produto corresponde à exigência do Termo de Referência.

6.1.6. A avaliação dos catálogos será realizada pelas equipes técnicas das Unidades.

6.1.7 Justificativa para exigência do catálogo: a apresentação do catálogo é necessária para análise das especificações dos produtos ofertados.

## VII - QUANTO AS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

7.1. O(s) insumo(s) do objeto deste termo será(ão) recebido(s), desde que:

- A quantidade esteja de acordo com a solicitada na Nota de Empenho;
- A especificação esteja em conformidade com o solicitado neste Termo de Referência;
- A embalagem deve estar inviolada e deve forma a permitir o correto armazenamento;
- A validade e o lote devem estar visíveis na embalagem do(s) insumo(s);

## VIII – DOS PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA

### 8.1. Da Entrega:

- A entrega será em parcela única e deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento da nota de empenho;

### 8.1.1. Do local da entrega:

- HEMORIO : Rua Frei Caneca nº. 08 - subsolo/almoxarifado - Centro - Rio de Janeiro
- IECAC: Rua David Campista nº 326 – almoxarifado – Humaitá – Rio de Janeiro
- HECC: Av. General Osvaldo Cordeiro de Farias, 466, Marechal Hermes - Rio de Janeiro – RJ

**8.1.2. Horário da Entrega:** De segunda a sexta-feira, das 08 às 16h.

**8.1.3. Do prazo de Garantia:** O prazo de garantia dos equipamentos deve ser de, no mínimo, 12 (doze) meses após a instalação dos equipamentos.

Os itens e quantidades a serem entregues por Unidade estão apresentados no quadro abaixo:

UNIDADE	ITEM	QUANT
HECC	DESCONGELADOR DE PLASMA	01
	SELADORA DIELÉTRICA DE BANCADA (PARA BOLSAS DE SANGUE) - BANCADA	02
	CENTRÍFUGA DE LABORATÓRIO	01
HEMORIO	DESCONGELADOR DE PLASMA	03

	SELADORA DIELETRICA DE BANCADA (PARA BOLSAS DE SANGUE) – PORTATIL	06
	SELADORA DIELETRICA DE BANCADA (PARA BOLSAS DE SANGUE) – BANCADA	04
	CÂMARA PARA CONSERVAÇÃO DE BOLSAS 48 - PLAQUETAS	02
	CÂMARA PARA CONSERVAÇÃO DE BOLSAS 96 - PLAQUETAS	02
	AGITADOR DE PLAQUETAS 96 BOLSAS	04
	DESCONGELADOR DE PLASMA	01
IECAC	SELADORA DIELETRICA DE BANCADA (PARA BOLSAS DE SANGUE) - BANCADA	02
	AGITADOR DE PLAQUETAS 48 BOLSAS	01

## IX – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Quanto ao fornecimento do EQUIPAMENTO, a CONTRATADA se obriga a:

- a. Entregar os produtos de acordo com a descrição prevista e nos prazos acima mencionados, tão logo seja cientificada para a retirada dos empenhos. Qualquer despesa inerente ao processo de logística para entrega do equipamento ficará sob a responsabilidade do fornecedor registrado;
- b. Fornecer equipamento em conformidade com o especificado neste TR;
- c. Fornecer manual de operação completo do equipamento, preferencialmente, na forma impressa, em língua portuguesa no ato da entrega;
- d. Responsabilizar-se pela qualidade e procedência do equipamento, bem como pela inviolabilidade de suas embalagens (originais) até a entrega dos mesmos à CONTRATANTE, garantindo que o seu transporte, mesmo quando realizado por terceiros, se faça segundo as condições estabelecidas pelo fabricante, notadamente no que se refere às recomendações de temperaturas mínimas e máximas, empilhamento e umidade;
- e. Entregar o equipamento devidamente protegido e embalado adequadamente contra danos de transporte e manuseio, acompanhados da respectiva nota fiscal;
- f. Apresentar, quando da entrega dos produtos, toda a documentação relativa às condições de armazenamento e transporte, desde a saída dos mesmos do estabelecimento do fabricante até a chegada à CONTRATANTE;
- g. Colocar à disposição do CONTRATANTE todos os meios necessários à comprovação da qualidade e operacionalidade dos equipamentos fornecidos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações do TR;
- h. Fornecer equipamentos novos, de primeiro uso, e que estejam na linha de produção atual do fabricante;
  - i. Em hipótese alguma será aceito equipamento usado, recondicionado ou fora das exigências técnicas; o produto deverá ser novo, assim considerados de primeiro uso;
  - j. Apresentar carta de compromisso se responsabilizando pela troca do item, caso o equipamento apresente mau funcionamento ou avaria;
- k. O objeto do contrato será recebido mediante verificação da qualidade e quantidade; a CONTRATANTE terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para observações e vistoria que verifique o exato cumprimento das obrigações contratuais;
  - l. Entregar certificação de calibração com rastreabilidade no momento da entrega do equipamento;
- m. O equipamento poderá ser rejeitado caso não esteja de acordo com as exigências ou que não seja comprovadamente original e/ou novo, assim considerado de primeiro uso, bem como produtos com defeitos de fabricação ou vício de funcionamento;
- n. Substituir os produtos, desde que comprovada a impossibilidade ou impropriedade da sua utilização, por defeito de fabricação, sem ônus para a CONTRATANTE, no prazo de 10 (dez) dias corridos;
- o. Caso seja necessária a troca do material fornecido, os custos serão suportados exclusivamente pela sociedade empresária, sendo de sua responsabilidade recolher o material defeituoso e entregar o substituto em até 10 (dez) dias corridos, devendo a substituição ser feita por material de especificação igual à do substituído;
- p. Repor parte e peças apresentando não conformidade durante o período de garantia;
- q. Atender com presteza às solicitações, bem como tomar as providências necessárias ao pronto atendimento das reclamações levadas a seu conhecimento pela CONTRATANTE.

9.2. Quanto a garantia a CONTRATADA se obriga a:

- a. A garantia do equipamento fornecido deve estar detalhadamente declarada;
- b. O prazo da garantia não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo;
- c. A empresa deverá fornecer certificados de garantia, por meio de documentos próprios, ou anotação impressa ou carimbada na Nota Fiscal respectiva;

- d. O termo de garantia ou equivalente deverá esclarecer de maneira objetiva em que consiste, bem como a forma, o prazo e o lugar em que poderá ser exercitado o ônus, a cargo do contratante, devendo ser entregue, devidamente preenchido pelo fabricante, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instalação e uso do produto.
- e. Dispor de assistência técnica para o Rio de Janeiro, não exigindo que o estabelecimento da contratada seja situado na capital, mas sim que preste serviço na cidade do Rio de Janeiro, local onde ficam localizadas as unidades solicitantes;
- f. A CONTRATADA deve possuir canal de comunicação para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando a descrição do problema.

## **X – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- a. Cumprir todas as recomendações que venham a ser feitas pela CONTRATADA em qualquer época, quanto à utilização dos equipamentos, desde que razoáveis e pertinentes;
- b. Rejeitar os produtos que não atendam aos requisitos constantes das especificações constantes no Termo de Referência;
- c. Notificar a CONTRATADA sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes nos produtos, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- d. Fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias à fiel execução do presente contrato.

## **XI - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO**

- a. A Fundação de Saúde indicará uma comissão para fiscalização da Ata de Registro de Preços, conforme regramento definido no Decreto Estadual nº. 45.600/2016.

## **XII - DISPOSIÇÕES GERAIS**

Forma de pagamento: O pagamento será realizado de acordo com a quantidade e o valor dos itens efetivamente fornecidos, condicionados à apresentação das notas fiscais/faturas, as quais deverão ser devidamente atestadas por prepostos dos beneficiários deste Registro. A forma de pagamento é conforme cada solicitação, que poderá ser a vista ou parceladamente, dependendo da forma de cada contratação

Elaborado por

Wanessa Karolina da Rocha

ID 4442202-4

Aprovado por

Eliene Denites Duarte Mesquita

Diretora Técnico Assistencial – Fundação Saúde

Id. Funcional: 3131705-7

## **ANEXO I**

### **Justificativa para Solicitação de licença de Funcionamento Da Licença de Funcionamento Sanitário**

1. A respeito da exigência de Licença de Funcionamento Sanitário, esta possui previsão legal específica, sendo certo que sua manutenção no tópico de Qualificação Técnica do aludido certamente se mostra imprescindível para resguardar a saúde daqueles que serão beneficiados com a contratação pretendida.
2. Inicialmente, cumpre registrar que a própria Lei nº 8.666/93, ao disciplinar a documentação relativa à qualificação técnica dos licitantes, apresenta os limites a serem observados pela Administração.

3. Desta forma, somente o que está previsto em lei é que pode ser exigido como documentação de qualificação técnica, tudo em apreço aos princípios da isonomia, igualdade e competitividade.
4. No entanto, importante registrar que a própria lei de licitações dispõe que poderá ser exigido como documento de qualificação técnica provas dos requisitos previstos em lei especial, senão vejamos:

*Art. 30. A **documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:***

*I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;*

*II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;*

*III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;*

*IV - **prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.***

5. Neste passo, vale ressaltar que a Lei nº 5.991/73, nos incisos de seu artigo 4º, traz o conceito de medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, dispondo sobre o controle sanitário da comercialização desses produtos.
6. Por sua vez, o artigo 1º da Lei nº 6.360/76 informa que os produtos definidos na Lei nº 5.991/73 ficam sujeitos às normas de vigilância sanitária.
7. Nesse sentido, o artigo 2º da Lei nº 6.360/76 dispõe que somente poderão extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar ou expedir tais produtos as empresas cujos estabelecimentos hajam sido licenciados pelo órgão sanitário das Unidades Federativas em que se localizem.
8. A regulamentação das condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, para o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360/76 é dada pelo Decreto nº 8.077/2013, que, em seu artigo 2º, estabelece que o exercício de atividades relacionadas aos referidos produtos dependerá de autorização da ANVISA e de licenciamento dos estabelecimentos pelo órgão competente de saúde dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, observados os requisitos técnicos definidos em regulamento desses órgãos.
9. A licença de funcionamento sanitário tem por base a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a RDC n.º 153/2017, conjugada com a Instrução Normativa nº 16/2017 ANVISA.
10. A RDC n.º 153/2017 definiu o grau de risco sanitário das atividades sujeitas à vigilância sanitária, enquanto a IN nº 16/2016 da ANVISA traz a lista de Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE de atividades econômicas sujeitas à vigilância sanitária por grau de risco e dependente de informação para fins de licenciamento sanitário.
11. Dessa forma, solicitar a apresentação da Licença de Funcionamento Sanitário ou Cadastro Sanitário no momento da qualificação técnica possui respaldo legal, uma vez que essas atividades não podem ser realizadas sem o devido licenciamento na autarquia competente.
12. Além disso, a necessidade de tal exigência constar como qualificação técnica no edital, se dá pelo fato de que a segurança e o bem estar dos pacientes também fazem parte da infinita gama de responsabilidade dos fornecedores do mercado.
13. Assim, visando chamar a atenção destes fornecedores para a responsabilidade que lhes é atribuída, são necessárias algumas providências para adequar o estabelecimento às normas de zoneamento urbano, segurança e vigilância.
14. Isto porque, parte dessa segurança e bem-estar está relacionada às condições físicas do estabelecimento, como exemplo a citar, tem-se a emissão do alvará sanitário para a execução de determinadas atividades pelas empresas, em especial as que atuam nos ramos de alimentação e saúde pela vigilância Sanitária local.
15. Desse modo, ter o estabelecimento devidamente vistoriado e aprovado pela Vigilância Sanitária é o aval que o empresário precisa para dar início em suas atividades, demonstrando assim possuir padrões mínimos de organização, higiene e cuidados no manuseio de suas mercadorias/produtos.
16. Portanto, caso a exigência em comento seja excluída do edital ou eventualmente transportada para o tópico de obrigações da contratada, a saúde dos pacientes que se encontram em tratamento nas unidades sob



gestão da Fundação Saúde poderá ser diretamente afetada pela não garantia da qualidade / fidedignidade do exame que será realizado.

17. Com efeito, a avaliação técnica na fase prévia à assinatura da ata, em que se verifica se o licitante reúne condições para executar o contrato, é imprescindível para que tal requisito não seja examinado somente ao final, o que poderá acarretar enormes transtornos assistenciais, administrativos e econômicos.
18. Por todo o exposto, evidencia-se que a exigência de Licença de Funcionamento Sanitário como qualificação técnica não se mostra excessiva, uma vez que tem por objetivo evitar que empresas que não estejam em dia com as obrigações impostas pela Vigilância Sanitária vençam o certame, podendo retardar o procedimento ou até vir a causar grandes prejuízos à saúde dos pacientes.
19. Insta ressaltar que, conforme acima demonstrado, a previsão de Licença de Funcionamento Sanitário como requisito de habilitação técnica está de acordo com o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que estabelece que somente serão permitidas, nos processos licitatórios, exigências de qualificação técnica e econômica “indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

### **Justificativa para solicitação de registro válido na ANVISA**

20. A respeito da exigência de Registro na ANVISA, esta possui previsão legal específica, sendo certo que sua manutenção no tópico de Qualificação Técnica do aludido certame se mostra imprescindível para resguardar a saúde dos pacientes que serão beneficiados com a contratação pretendida.
21. Vale mencionar que o registro é o ato legal que reconhece a adequação de um produto à legislação sanitária, que objetiva garantir a sua segurança e eficácia para o uso que se propõe, e sua concessão é dada pela ANVISA, o que é respaldado pelo texto constitucional, pois compete ao Sistema Único de Saúde (SUS) “*controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde*” e “*executar ações de vigilância sanitária*” (art. 200, I e II da CF).
22. Trata-se de controle feito antes da comercialização, sendo utilizado no caso de produtos que possam apresentar eventuais riscos à saúde pública, como no caso dos itens constantes do objeto de contratação, uma vez que são materiais médico-hospitalares.
23. O artigo 8º *caput* e parágrafo 1º, inciso VI da Lei 9.782 de 1999, que cria a ANVISA, corroboram esse entendimento ao estabelecer que:

*“Art. 8º Incumbe à Agência, respeitada a legislação em vigor, regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública.*

*§ 1º Consideram-se bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência:*

(...)

*VI - equipamentos e materiais médico-hospitalares, odontológicos e hemoterápicos e de diagnóstico laboratorial e por imagem” (grifo nosso).*

24. Para que os produtos sujeitos à vigilância sanitária sejam registrados, é necessário atender aos critérios estabelecidos em leis e à regulamentação específica estabelecida pela Agência. Tais critérios visam minimizar eventuais riscos associados ao produto.
25. A Lei nº 5.991/73, nos incisos de seu artigo 4º, traz o conceito de medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, dispondo sobre o controle sanitário da comercialização desses produtos.
26. Cabe à empresa fabricante ou importadora a responsabilidade pela qualidade e segurança dos produtos registrados junto à ANVISA, tendo como diretriz a Lei nº. 5.991/1973, a qual prescreve que correlato é “*a substância, produto, aparelho ou acessório não enquadrado nos conceitos anteriores, cujo uso ou aplicação esteja ligado à defesa e proteção da saúde individual ou coletiva, à higiene pessoal ou de ambientes, ou a fins diagnósticos e analíticos, os cosméticos e perfumes, e, ainda, os produtos dietéticos, óticos, de acústica médica, odontológicos e veterinários*”.
27. Por sua vez, o artigo 1º da Lei nº 6.360/76 informa que os produtos definidos na Lei nº 5.991/73 ficam sujeitos às normas de vigilância sanitária. Assim, qualquer produto considerado como correlato pela legislação apontada, precisa de registro para ser fabricado e comercializado.
28. Nesse sentido, a teor do disposto no artigo 2º da Lei nº 6.360/76, somente poderão extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar ou expedir tais produtos as empresas para tal fim autorizadas pelo Ministério da Saúde e cujos estabelecimentos hajam sido licenciados pelo órgão sanitário das Unidades Federativas em que se localizem.

29. A regulamentação das condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360/76 é dada pelo Decreto nº 8.077/2013, que, em seu artigo 2º, estabelece que o exercício de atividades relacionadas aos referidos produtos dependerá de autorização da ANVISA e de licenciamento dos estabelecimentos pelo órgão competente de saúde dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, observados os requisitos técnicos definidos em regulamento desses órgãos.
30. Ademais, de acordo com o disposto no artigo 12 da Lei nº 6.360/76, nenhum dos produtos de que trata esta lei, inclusive os importados, podem ser industrializados, expostos à venda ou entregues ao consumo antes de registrados no Ministério da Saúde, salvo exceções previstas nos artigos 24 e 25, § 1º da mesma lei.
31. No caso específico dos insumos classificados como “correlatos”, de acordo com o artigo 4º da Lei nº 5.991/73 acima mencionada, o artigo 25 da Lei 6.360/76 preleciona que:

*“Art. 25. Os aparelhos, instrumentos e acessórios usados em medicina, odontologia e atividades afins, bem como nas de educação física, embelezamento ou correção estética, somente poderão ser fabricados, ou importados, para entrega ao consumo e exposição à venda, depois que o Ministério da Saúde se pronunciar sobre a obrigatoriedade ou não do registro.*

*§ 1º - Estarão dispensados do registro os aparelhos, instrumentos ou acessórios de que trata este artigo, que figurem em relações para tal fim elaboradas pelo Ministério da Saúde, ficando, porém, sujeitos, para os demais efeitos desta Lei e de seu Regulamento, a regime de vigilância sanitária”.*

32. O regulamento a que alude o § 1º do dispositivo acima mencionado é a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, **RDC n.º 185/2001**, que teve por objetivo “*atualizar os procedimentos para registro de produtos ‘correlatos’ de que trata a Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976*”.
33. De acordo com o artigo 3º deste regramento alguns fabricantes ou importadores de produtos podem ser dispensados de registro, desde que constem nos itens 2, 3 e 12 da parte 3 do Anexo da RDC n.º 185, de 06/11/2001 ou em relações elaboradas pela ANVISA.
34. Os materiais solicitados não constam expressamente em nenhum dos regramentos acima mencionados, que excluem a necessidade de registro na ANVISA, pelo que se entende possível a exigência do registro na referida Autarquia com base nos dispositivos anteriormente mencionados.
35. Cabe ressaltar que, na esfera penal, o artigo 273, parágrafo 1º-B, inciso I, do Código Penal considera crime hediondo importar, vender, expor à venda, ter em depósito para vender ou, de qualquer forma, distribuir ou entregar a consumo o produto sem registro, quando exigível, no órgão de vigilância sanitária competente. Fato que não pode ser desprezado pelo administrador público responsável pelo fornecimento do medicamento em questão, razão pela qual não há falar que o seu não fornecimento caracteriza ato ilegal ou de abuso de poder (STJ, j. 02.02.2012, RMS 35434/PR, 1ªT, Relator Ministro Benedito Gonçalves).
36. Por todo o exposto, evidencia-se que a exigência registro válido na ANVISA na qualificação técnica não se mostra excessiva, uma vez que tem por objetivo evitar que licitantes que não estejam em dia com as obrigações impostas pela Vigilância Sanitária vençam o certame, podendo retardar o procedimento ou até vir a causar grandes prejuízos à saúde dos pacientes.
37. Ademais, insta ressaltar que, conforme acima demonstrado, a exigência de registro válido na ANVISA como requisito de habilitação técnica está de acordo com o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que estabelece que somente serão permitidas, nos processos licitatórios, exigências de qualificação técnica e econômica “indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”

Rio de Janeiro, 05 março de 2021



Documento assinado eletronicamente por **Wanessa Karolina Rosa da Rocha, Coordenação de Incorporação e Tecnologia**, em 05/03/2021, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eliene Denites Duarte Mesquita, Diretor Técnico Assistencial**, em 05/03/2021, às 18:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?)



[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](#), informando o código verificador **14242580** e o código CRC **1696BBE3**.

---

Referência: Processo nº SEI-080007/001717/2021

SEI nº 14242580

Av. Padre Leonel Franca, 248, - Bairro Gávea, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.451-000  
Telefone: - fs.rj.gov.br